

O TERCEIRO TEMPO

Mirian Guaraciaba
Da equipe do *Correio*

Há o risco de ser o mais longo fim de governo da história do Brasil. Mal começou, o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso sofreu um desgaste só imaginado em derradeiros meses de uma administração ou quando o presidente é fraco, fraquíssimo. "Mas não é o caso de Fernando Henrique", diz o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, um dos fiéis escudeiros do presidente. "Em nenhuma das hipóteses", reforça ele.

Reeleito no primeiro turno, o presidente mostrou força e prestígio. Exibiu nas urnas superioridade. Os brasileiros demonstraram confiança em seu projeto e pediram mais quatro anos do governo que trouxe a maior e melhor novidade dos últimos tempos: o fim da inflação e a estabilidade da moeda.

O presidente da República tem tempo e capacidade para reverter o jogo, avalia o ministro das Comunicações e coordenador político Pimenta da Veiga. Perdeu em credibilidade e prestígio político, mas são quase quatro anos de gestão pela frente. E pode promover a acomodação da nova realidade da economia, mantendo a moeda estável e evitando a volta de uma inflação incontrolável.

Impossível? Não. Está nas mãos de Fernando Henrique a definição desse futuro. Mas, de uma forma ou de outra, o presidente não será o mesmo daqui para a frente. Nem permanecerão inabaladas suas relações políticas. Dividido em antes e depois da crise, o governo de Fernando Henrique vai mudar de rumo e de discurso. Não se ouvirá mais, por exemplo, o

tom arrogante, cobrador, do presidente, exigindo apoio irrestrito do Congresso. Na sexta-feira, ao anunciar que receberia governadores de qualquer partido, disse: "Eu não quero saber de qual partido é, se vota com o governo ou não".

E acrescentou: "Eu acho que a minha responsabilidade e a dos governadores é discutir, em termos objetivos, sem politizar e sem querer tirar casquinha de uma dificuldade momentânea do Estado e nem do povo desse Estado.

No discurso de sua posse, no dia 1º de janeiro, entretanto, o tom era outro. "Vou exigir dos ministros que seus partidos estejam alinhados com o governo". Foi assim, imperativo, durante quatro anos.

SEDUTOR

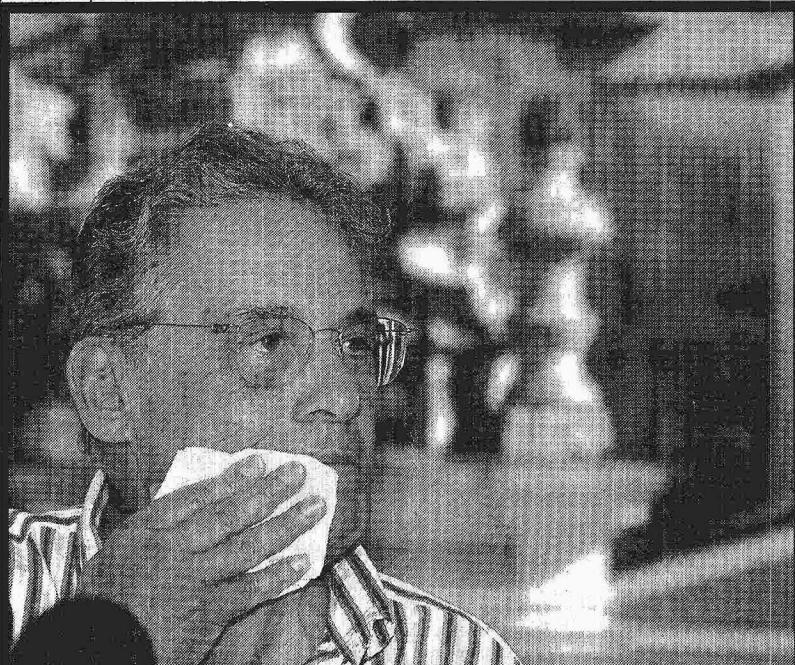
Em 1998, o Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap) fez pesquisa que traçou o perfil do presidente, segundo opinião da classe operária brasileira. Autoritário, arrogante, sedutor, ético e hábil. Um sentimento contraditório e revelador.

Os brasileiros ouvidos pela pesquisa acusaram o presidente de desqualificar os adversários, excluir a sociedade organizada dos debates sobre os grandes temas nacionais e de ser extremamente autoritário no trato com opositores ou críticos.

Isso vai mudar. Fernando Henrique terá que reconstruir a ponte que o liga aos políticos e à sociedade. Do Congresso, vêm sinais claros de que as exigências e cobranças não serão mais aceitas, e que o Parlamento será menos dócil.

No terceiro tempo de sua história na presidência da República, Fernando Henrique terá que conter

Jefferson Rudy 22.8.98



Fernando Henrique: necessidade de reconstruir ponte com políticos e sociedade

seus desejos pessoais e os de seu partido ou base de apoio. Há hoje um consenso no País de que foi exatamente a ambição política — a reeleição — uma das principais causas dos problemas econômico-financeiros que o Brasil enfrenta hoje.

Tudo começou em janeiro de 1997, quando o Congresso adotou, em meio a denúncias de compra de voto, a emenda da reeleição. Fernando Henrique estava no meio do primeiro mandato, faltavam dois anos para terminá-lo e já se tratava do segundo.

Numa sinuca de bico, Fernando Henrique não quis recusar a reeleição, como estadista, para não enfraquecer seu poderio. Dizendo sim, teve que sustentar uma realidade econômica extremamente perigosa para o Brasil.

da colocaria em risco a moeda, comprometendo a reeleição.

Vitorioso nas urnas, Fernando Henrique foi duro quando o governador Itamar Franco, de Minas Gerais, disse que queria renegociar sua dívida. Tão duro que Itamar, de pavio curto e provocador, decidiu anunciar moratória. Na sexta, já como sinal dos novos tempos, o presidente disse que está disposto a rediscutir o assunto.

Os governadores são influentes, têm peso junto às bancadas no Congresso. E os recados do Parlamento têm vindo, ainda que de forma velada. "A Nação está impaciente", traduz o líder do terceiro partido da base de apoio do governo. Geddel Vieira Lima é um dos poucos que diz, publicamente, o que anda pensando o PMDB. "Enquanto o governo administrava seu sucesso, cobrava apoio do Congresso. Agora, que o Congresso mostra serviço, cobra medidas urgentes para combater a inflação", diz Geddel.

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, tem dito a assessores e políticos que o governo está lento na reação, precisa acelerar o passo. Não se trata de ultimato ao presidente Fernando Henrique Car-

doso. Mas impaciência no discurso em relação ao caos instalado no país há duas semanas.

Fala-se em parlamentarismo, enquanto isso. A boca pequena, nos bastidores, políticos importantes cogitam de um prazo de 90 dias para que o presidente apresente resultados concretos e não deixe o país no fundo do poço, onde chegou nos primeiros dias de 1999.

Se, até lá, o quadro continuar complicado, nebuloso, pode ser apressada a tramitação de um projeto que trará de volta ao país o regime parlamentarista, sob aplausos de quase todos os partidos, inclusive do poderoso PFL de Antonio Carlos Magalhães e do vice-presidente Marco Maciel.

Relegados a um papel secundário no primeiro mandato de Fernando Henrique, os políticos ficariam extremamente vaidosos com a oportunidade de estar no comando do país. Dividiriam o poder e as decisões com o Executivo.

Mas, mesmo que o presidencialismo continue como regime de governo — o que é mais provável —, é inevitável que o Palácio do Planalto, depois da crise, deixe de ser o grande centralizador da democracia brasileira.